

HÁLIA COSTA SANTOS

halia.santos@ipt.pt

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE ABRANTES
- INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

A IMPORTÂNCIA DA IMPRENSA REGIONAL NA DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

RESUMO

A reorganização dos serviços públicos relacionados com a Justiça e com a Saúde teve, durante o ano de 2014, um impacto significativo no interior. No Médio Tejo, vários atores locais assumiram a defesa desses serviços, fazendo pressão junto do poder central e utilizando a imprensa regional para chegar aos munícipes. A análise de dois jornais – *Jornal de Abrantes* e *Cidade de Tomar* – mostra que ambos contaram as estórias com todos os desenvolvimentos, dando um destaque significativo, e optando por reproduzir discursos fortes dos protagonistas. Numa entrevista a dois deles (a presidente da Câmara de Abrantes, que é também presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, e o presidente da Câmara de Mação) ressalta a confirmação da importância da imprensa regional nestes momentos. Apesar disso, um inquérito aplicado a leitores de jornais das duas cidades (Abrantes e Tomar) mostra que foi nos órgãos de comunicação social nacional que mais se informaram sobre os assuntos relacionados com as reorganizações dos serviços públicos.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo de proximidade; causas dos media; participação cívica; serviço público

ENQUADRAMENTO

Num momento em que as regiões do interior de Portugal estão a ser confrontadas pelo encerramento de serviços essenciais no âmbito da Saúde, Educação, Finanças, Justiça e poder local regional, a comunicação social local e regional reforça a sua missão de serviço público. Especificamente no que diz respeito à Região do Médio Tejo, várias foram as alterações propostas e mesmo concretizadas pelo poder central relativamente

ao Centro Hospitalar do Médio Tejo (que funciona em três unidades em três cidades, que distam cerca de 30 quilómetros entre si: Abrantes, Torres Novas e Tomar) e aos Tribunais (com encerramento de uns e transferência de competências noutros casos). Estas duas áreas dos serviços públicos serão analisadas neste trabalho, uma vez que terão sido aquelas que mais impacto causaram, no ano de 2014, na região. O discurso produzido pela Imprensa Regional (IR) desempenhou duas funções: informação sobre decisões do Governo relativamente à reorganização dos serviços públicos no interior do país; ações e reações dos principais protagonistas locais (sobretudo autarcas e movimentos de cidadãos).

Assim, o que aqui se propõe é verificar em que medida dois jornais do Médio Tejo assumem as causas das populações quando se trata de marcar uma posição contra o encerramento ou diminuição de competências/valências de instituições públicas. Através de uma análise ao discurso jornalístico produzido sobre o assunto, pretende-se aferir o envolvimento das publicações locais e regionais na sensibilização dos cidadãos para problemas que os afetam e verificar até que ponto é que a IR é veículo efetivo de informação relativamente a estes assuntos. Por outro lado, pretende-se conhecer a opinião dos protagonistas dos protestos contra as reorganizações dos serviços públicos relativamente ao papel da IR, assim como a forma como os leitores se sentiram informados.

INTRODUÇÃO

O conceito que importa destacar é o de *proximidade*. Isto porque está em causa a ideia de que a IR estará mais disponível para noticiar e acompanhar fenómenos (entendidos como algo que acontece fora da norma) que ocorram (ou possam influenciar) nas suas regiões de influência, com evidentes consequências para as respetivas populações (público consumidor do produto desses mesmos órgãos de comunicação social).

Nessa perspetiva, López Garcia e Macia Mercadé (2007) recordam que o jornalismo de proximidade é aquele que contribui para formar e manter informada uma comunidade de leitores na sua zona de difusão, mantendo-a satisfeita e depositando nele toda a sua confiança, sentindo-se protegida.

Mesmo que os assuntos tenham origem em decisões do poder central, o papel da IR será sempre o de verificar as implicações dessas decisões ao nível local e regional. O objetivo será o de concretizar, para que leitores compreendam o alcance das medidas na sua vida. A distinção nas

abordagens, a existir, dependerá sobretudo das fontes consultadas. Os condicionalismos conhecidos da IR farão admitir que a maioria dos assuntos serão tratados com base em fontes oficiais.

Entende-se, ainda, que a *proximidade* deve ser considerada sobretudo como a *proximidade geográfica*, mas a verdade é que, pelos assuntos abordados, também outro tipo de *proximidades* poderão estar em causa (como a social, por exemplo). Por outro lado, há um aspeto que não pode ser descurado, que assenta no facto de a própria IR, por fazer parte de um determinado meio, poder ter a tendência para produzir um discurso a favor do que beneficia esse mesmo meio e outro discurso criticando o que o prejudica. Neste caso, naturalmente que estará em causa a regra básica do jornalismo – a objetividade –, eventualmente substituída por uma *subjetividade honesta*.

Estando em causa uma luta de uma região contra decisões do poder central, tratando-se de uma perda de serviços públicos que eram dados como adquiridos, dificilmente alguém, no seio de uma região, poderá contestar o facto de a IR usar o seu poder para divulgar mensagens que contestem essas mesmas decisões. Isto, independentemente de o discurso ser mais factual ou mais opinativo, entrando, eventualmente, no campo da participação cívica ou mesmo na defesa de causas. Por outro lado, o simples facto de se tratar um assunto exaustivamente (chamando a atenção para um tema que interessa à comunidade e não deixar de o noticiar até que o problema inerente seja resolvido, dando conta de todos os episódios desse mesmo assunto) acaba por ser um sinal de proximidade.

No caso das reorganizações dos serviços públicos no Médio Tejo, trata-se sobretudo de analisar até que ponto os jornais locais e regionais deram destaque ao assunto e que tipo de citações usaram para ilustrar as abordagens. Não se trata de “dar voz a quem não a tem”, porque os protagonistas são sobretudo políticos com fácil acesso à imprensa local e regional. Ou, ainda, a comissões de utentes que conseguiram comunicar a sua mensagem. Trata-se, sobretudo, de manter as populações informadas, eventualmente levando-as a assumir uma posição mais ativa na defesa dos seus interesses. Admite-se que, acompanhando todos os desenvolvimentos, os cidadãos possam envolver-se mais. Nos casos em que as decisões políticas levam tempo a ser tomadas, os principais protagonistas dos protestos têm consciência do poder da comunicação e utilizam (no bom sentido da palavra) a IR para envolver cada vez mais cidadãos.

Com este enquadramento de proximidade, importa não esquecer que “o esforço de comunicar conteúdos considerados pertinentes para os seus leitores” está “longe de ser apanágio da imprensa regional” (Camponez,

2002, p. 113). Na verdade, os estatutos editoriais dos jornais nacionais refletem, também, essa preocupação.

METODOLOGIA

Para proceder à análise proposta, foram adotadas três metodologias:

1. Discurso de dois jornais na região do Médio Tejo, ao longo do ano de 2014, em relação ao encerramento de serviços públicos e respetivos protestos.
2. Opinião de dois dos principais protagonistas (presidente da Câmara Municipal de Abrantes e, simultaneamente, presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Maria do Céu Albuquerque, e presidente da Câmara Municipal de Mação, Vasco Estrela) dos protestos contra as alterações nos serviços públicos com o objetivo de compreender a importância que atribuem à IR enquanto veículo de informação de proximidade.
3. Aplicação de inquéritos a munícipes que frequentam duas bibliotecas municipais (Abrantes e Tomar), para consulta de jornais, para aferir a forma como foram informados sobre as mudanças nos serviços públicos.

Com estas três metodologias pretende-se fazer uma análise sob diferentes perspetivas, por forma a compreender o fenómeno, partindo-se, à partida, do princípio de que a IR teria um papel determinante na disponibilização de informação sobre a reorganização dos serviços públicos. Dedicando espaço ao assunto e acompanhando todos os episódios, mesmo que não o assumisse como uma causa (por critérios que se prenderão com o culto da objetividade), estaria a desempenhar aquele que é o mais importante dos seus papéis: informar para envolver e contribuir para cidadãos mais conscientes da realidade que os rodeia, levando-os, eventualmente, à ação na defesa dos seus interesses. Por outro lado, auscultando dois dos autarcas mais envolvidos na contestação às propostas do poder central, esta análise ficaria certamente mais rica, por se tratar de responsáveis que assumiram de forma clara a defesa dos seus munícipes, tendo consciência do poder da comunicação, nomeadamente a local e regional. Finalmente, é essencial perceber em que medida é que o discurso produzido pelos jornais, recorrendo aos principais atores da problemática, contribuiu para informação dos leitores habituais de jornais sobre as reorganizações do mapa judiciário e dos serviços do Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT).

○ DISCURSO PRODUZIDO PELOS JORNAIS

No período em análise, o ano de 2014, foram selecionados dois jornais de âmbito local com o objetivo de se fazer um levantamento das informações que cada um deles deu em relação às alterações que foram propostas pelo poder central ao nível da Justiça e da Saúde: *Cidade de Tomar* (periodicidade semanal, com 5.000 exemplares) e o *Jornal de Abrantes* (periodicidade mensal com 15.000 exemplares). A escolha recaiu sobre estes jornais pelo facto de se tratar de publicações representativas dos dois concelhos abrangidos em análise, mas que abrangem os concelhos adjacentes e pertencentes à região do Médio Tejo. Importa sublinhar que, até pela periodicidade ser diferente, o objetivo da análise não é quantificar, mas antes verificar os aspetos que foram noticiados (se as estórias ficam com todos os episódios) e as citações que foram utilizadas (se têm impacto que reproduza a importância dos assuntos).

No caso em análise, as implicações do novo Mapa Judiciário foram o encerramento de tribunais e o esvaziamento de competências de outros. Relativamente à reorganização da Saúde, no caso concreto esteve sobretudo em causa as alterações ao nível do CHMT, estando em causa, por exemplo a possibilidade de a única maternidade da região fechar.

▲ REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO NOS JORNAIS

Relativamente ao novo Mapa Judiciário (que acabou por sair em decreto-lei em setembro de 2014), foram publicados 36 artigos: nove no *Jornal de Abrantes* e 12 no *Cidade de Tomar*. Importa, no entanto, sublinhar que, com frequência, o mesmo artigo inclui diversos temas, divididos por entretítulos. Por outro lado, a diminuição de notícias no final do ano tem naturalmente a ver com o facto de o assunto ter sido dado por concluído, por parte do Governo.

	JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
JA	2	1	2	1	0	0	0	1	1	1	0	0
CT	0	5	2	2	1	1	1	0	0	0	0	0

Tabela 1 - Quantidade de artigos sobre a reforma do Mapa Judiciário
 Legenda: Jornal de Abrantes (JA) e Cidade de Tomar (CT)
 acompanham o assunto até as mudanças serem concretizadas

O *Jornal de Abrantes* publica, ao longo de 2014, nove artigos relacionados com o novo Mapa Judiciário, tendo feito destaque de capa com o assunto duas vezes (janeiro e março):

- “Justiça – Assembleia Municipal reúne no próximo dia 10 de janeiro” - seguindo-se a indicação de que os autarcas, advogados e outros agentes do Médio Tejo já rejeitaram o esvaziamento dos tribunais da região;
- “Justiça: Novo Mapa Judiciário foi aprovado” - seguindo-se a indicação da aprovação de uma ação popular e do lamento dos autarcas.

Em praticamente todos os artigos são dadas informações de contextualização, nomeadamente o que acontecerá aos Tribunais de Mação (que desaparece) e de Abrantes (que perde competências) e vão sendo registadas as iniciativas que marcam a história da oposição local ao novo Mapa Judiciário (como pareceres, sessões públicas ou deslocações à AR).

O discurso dos dois autarcas diretamente envolvidos (Maria do Céu Albuquerque, PS, Abrantes; Vasco Estrela, PSD, Mação) é referido com frequência, sendo consonante entre si e também em relação aos dois advogados que representaram, no período, a delegação da Ordem dos Advogados. A escolha dos dois autarcas em causa como principais porta-vozes das populações explica-se de duas formas: por um lado, na área de abrangência do JA, são os dois concelhos que mais perdem com o novo Mapa Judiciário; por outro lado, foram os dois autarcas que mais se movimentaram para tentar travar as decisões do poder central relativamente ao assunto.

Para além de serem escolhidas citações que concretizam as mudanças propostas pelo Governo central, o JA refere posições que refletem as fortes críticas dos protagonistas. Exemplos disso são citações como: “um imenso vazio em termos territoriais de acesso à justiça”; “a mudança estrutural prevista é muito grave”; “é triste, mas esta reforma vai desproteger os cidadãos deste território”; “repúdio”; “falta de sensibilidade” do Governo; apelo ao “sobressalto cívico”; reforma “não serve os interesses das pessoas e das instituições do território”; um direito “claramente colocado em causa”; “está em causa o grave esvaziamento de competências de âmbito criminal e civil”; “condenação do Governo e do Estado relativamente ao projeto de decreto-lei”; “sacrifícios absolutamente desumanos, intoleráveis e desproporcionais”; decisão “incorreta e discriminatória”.

O JA seleciona, também, com frequência, citações que remetem para uma procura de soluções por parte dos protagonistas, reproduzindo, pelo menos numa fase inicial, uma esperança de que ainda poderia

haver retorno nas intenções do Governo. Exemplo disso são as seguintes declarações: “busca de soluções para evitar perdas de acesso à Justiça nas suas populações”; “na linha da frente na procura de soluções para a existência de serviços de proximidade”; “os tribunais deveriam manter a sua rede”; pretende-se que “o Governo corrija o projeto de decreto-lei, aplicando critérios objetivos que ele próprio definiu para a reorganização do mapa judiciário”.

Relativamente à reforma do mapa judiciário, o *Cidade de Tomar* apresenta 12 artigos ao longo do ano de 2014, fazendo manchete uma vez e chamando o assunto à capa mais três vezes.

- Manchete:
 - “CIM rejeita mais este corte nos serviços públicos dos tribunais do Médio Tejo - Petição a favor da não extinção dos tribunais pode ser assinada até 30 de junho”.
- Chamadas de capa:
 - “Novo mapa judiciário - Autarcas de Alvaiázere, Ferreira do Zêzere e Mação lamentam fecho dos tribunais”;
 - “No Supremo Tribunal Administrativo, em Lisboa - Autarcas do Médio Tejo entregam ação popular sobre os tribunais”;
 - “Apesar do publicado em Diário da República - Novo Mapa Judiciário fortemente contestado na sessão promovida pelo município de Tomar “;
 - “Autarcas da CIM do Médio Tejo lamentam desconsideração regional com a entrada em vigor do novo mapa judiciário”.

Apesar do destaque dado na capa do CT, não é visível um enfoque, na manchete e chamadas, relativamente às alterações ocorridos em Tomar. No entanto, esta publicação destaca, em algumas das suas notícias, as posições da autarquia que apontavam para a disponibilização para a cidade receber uma segunda secção criminal e cível.

Tal como o JA, o CT opta por utilizar, com frequência, citações fortes dos protagonistas: “a decisão significa um dia triste e muito negro para Mação”; “desconsideração para com os municípios mais sujeitos às adversidades da interioridade”; “incentiva o desinvestimento”; projeto-lei que

implica “danos patrimoniais e não patrimoniais” aos cidadãos; “sacrifícios absolutamente desumanos, intoleráveis e desproporcionais ao alegado interesse público da reforma judiciária”; cidadãos estão a ser “fortemente discriminados”.

A REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE NOS JORNAIS

O Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT) abrange três hospitais que se situam em três cidades que distam entre si cerca de 30 quilómetros: Abrantes, Tomar e Torres Novas. Sendo equipamentos muito desejados por qualquer comunidade, o discurso produzido pelos jornais centrou-se, naturalmente, nas valências que cada concelho perderia. A um nível superior – e tal como aconteceu relativamente ao Mapa Judiciário – houve um discurso que se tornou forte por representar os 13 concelhos do Médio Tejo, que foi precisamente o da Comunidade Intermunicipal.

	JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
JA	0	3	3	2	1	1	1	3	2	2	2	2
CT	9	1	8	2	4	8	7	4	1	2	0	3

Tabela 2 - Quantidade de artigos sobre a reorganização do Sistema de Saúde - CHMT

Legenda: Jornal de Abrantes (JA) e Cidade de Tomar (CT) acompanham o assunto praticamente em todos os meses

Relativamente à reorganização dos serviços de Saúde, o *Jornal de Abrantes* (JA) apresenta 20 artigos, mas, mais uma vez, muitos dos artigos incluem diferentes abordagens sobre o mesmo tema. E faz uma manchete (outubro):

- “Doentes de Urologia nas Urgências em Abrantes consultados à distância, por telefone”.

Regra geral, os protagonistas mais citados são a presidente da Câmara Municipal de Abrantes (Maria do Céu Albuquerque), que é também a presidente da CIMT, surgindo também, como menos frequência, outros autarcas, como o presidente da Câmara Municipal do Sardoal, Miguel Borges. A Comissão de Utentes é também citada com frequência.

Através das suas fontes, o JA vai construindo a estória, apresentando factos e críticas, desde os tempos de espera nas urgências até às dúvidas sobre as valências/especialidades que ficam em cada um dos três hospitais

que fazem parte do CHMT (com especial enfoque na questão da maternidade em Abrantes), passando pelo anúncio e relato de ações como vigílias.

Relativamente ao discurso direto utilizado no discurso do JA, ele reproduz as críticas dos principais protagonistas: “mais sofrimento e mais despesas” que os utentes têm que suportar; situação “bastante crítica”; a saúde “está cada vez mais longe e mais cara”; “forte preocupação pela degradação progressiva dos cuidados de saúde”; “os recursos humanos existentes (quatro urologistas) tornam inviável uma prestação de urgência em regime de presença física”; “riscos demasiado elevados de falha nos processos de diagnóstico e terapêutica”.

Relativamente à reorganização dos serviços de Saúde, o *Cidade de Tomar* apresenta 49 artigos ao longo do ano, em que vai apresentando as diferentes questões, ações e documentos relacionados com a reorganização do CHMT, pela voz de diferentes protagonistas, sendo o vereador da Câmara de Tomar com o pelouro da Saúde, Bruno Graça, aquele que acaba por ter mais destaque. Por outro lado, são publicados dois artigos assinados pelo Movimento de Cidadãos em Defesa do Hospital de Tomar.

Relativamente aos temas, para além do registo das medidas e dos protestos, assinalam-se temas específicos de Tomar, nomeadamente o questionar da ausência de quatro valências (urgências, medicina interna, pediatria e ambulatório). Há ainda a registar algumas notícias que, sendo de saúde, não têm diretamente a ver com a reestruturação.

Quanto a destaques de primeira página, o CT apresenta seis manchetes e cinco chamadas de capa (há uma outra manchete e outra chamada de capa que têm a ver com uma informação alegadamente depois desmentida, pelo que não se incluem nesta análise):

- Manchete:
 - “Contrato termina no fim do mês de março - Quatro mil euros por mês para manter transportes entre hospitais do CHMT”;
 - “Hospital de Tomar - Ministério da Saúde revelou abertura para estudar o regresso da medicina interna”;
 - “Segundo o vereador Bruno Graça - ‘Não será fácil chegar a um acordo sobre os hospitais pois cada câmara vai defender a sua quinta’”;
 - “Ação de protesto com fraca adesão - Tomarenses mantêm-se desligados na defesa do seu hospital”;

- “A fim de garantir a assistência nas freguesias de Asseiceira e Paialvo - Câmara e juntas de freguesia têm de pagar casa a médica cubana”;
- “Junta de Freguesia pede resolução à ACES Médio Tejo - Sabacheira sem médico desde o dia 13 de outubro”.
- Chamadas de capa:
 - “Segundo o BE - Ministério da Saúde deve repensar a reorganização das urgências no CHMT”;
 - “Escândalo no CHMT - Executivo deve exigir reunião com o ministro da Saúde”;
 - “Em causa está a Portaria n.º82/2014 - ‘A CDU não vai permitir que o hospital de Tomar feche’”;
 - “Intervenções cirúrgicas em Tomar a pacientes do hospital de Santarém - Hospital de Tomar com melhores condições a nível dos blocos operatórios”;
 - “Ministério da Saúde responde ao deputado Duarte Mendes, eleito pelo PSD - Governo assegura que vai manter a maternidade em Abrantes”.

Relativamente à quantidade de destaques de capa, refira-se que está em causa um jornal semanal, pelo que 11 referências correspondem a cerca de 20% das capas. Num dos casos, o tom é diferente da generalidade do discurso: está implícita uma crítica direta aos cidadãos que não participaram numa ação de protesto.

Quanto a citações, também no caso da Saúde o CT seleciona ideias fortes, como os seguintes exemplos: “são cada vez mais os testemunhos (...) em que se confirma o decréscimo de qualidade dos serviços prestados”; “ACES e CHMT gastam menos mas ‘empurram’ as despesas para as autarquias, utentes, trabalhadores, CGA”; “os incómodos, as despesas e os eventuais danos param a saúde” devido ao encerramento de valências; o encerramento das carreiras “será mais um golpe nos direitos das populações”.

A OPINIÃO DE DOIS PROTAGONISTAS DO DISCURSO PRODUZIDO PELOS JORNAIS

Com o objetivo de tentar compreender a forma como as fontes das notícias valorizam o papel da imprensa local e regional, foi enviada por *email* um conjunto de perguntas aos autarcas de dois dos concelhos abrangidos editorialmente pelos jornais analisados e, simultaneamente, afetados pelas reorganizações ao nível da Saúde e da Justiça: Abrantes (Maria do Céu Albuquerque, PS), Mação (Vasco Estrela, PSD). Importa acrescentar que Maria do Céu Albuquerque (MCA) é também presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) que abrange 13 concelhos, incluindo os três em análise. Tanto esta autarca como Vasco Estrela (VE) estiveram fortemente envolvidos na defesa dos serviços públicos na região.

Relativamente à forma como a imprensa local e regional informou os seus leitores sobre as alterações decididas a nível central sobre o CHMT e sobre os tribunais, MCA considera que a mesma “teve um papel determinante na difusão de informação, que de outra forma não seria possível chegar aos cidadãos, contribuindo para a formação de uma opinião pública informada e esclarecida”. E fê-lo “quer através da publicação dos comunicados emitidos pela CMA, quer através da iniciativa dos seus jornalistas, manifestando interesse em ir atualizando as informações”. VE pensa, “sinceramente, que foi feito um bom trabalho”. O autarca acrescenta: “claro que há órgãos de comunicação com mais recursos do que outros, mas foi feita informação e ficou registado, para a história, este momento menos feliz.”

Sobre as tomadas de posição dos autarcas da região, MCA considera que a imprensa local e regional “cumpriu o seu papel de proximidade às populações locais e que a mensagem foi credível, eficaz e ajustada aos seus destinatários, portanto, indo ao interesse dos seus leitores/ouvintes”. VE acrescenta que a imprensa local e regional desempenhou “bem” esse papel, citando “várias vezes” as posições da Câmara Municipal de Mação.

Concluindo, a Câmara Municipal de Abrantes considera que “pela proximidade das populações-alvo, a de âmbito local e regional, e tendo em conta que o jornalismo é serviço público e os seus agentes devem, por um lado, noticiar o que é relevante para a vida das pessoas, consideramos da maior importância o contributo que deram ao noticiar estas matérias nas suas várias fases, chegando assim junto de um grande número de munícipes». Também a Câmara Municipal de Mação regista uma opinião positiva sobre o papel que a imprensa local e regional desempenhou para informar os munícipes sobre as questões em análise. VE frisa que “além de aproveitarem os comunicados de imprensa que remetemos sobre o tema, também fui

abordado directamente sobre as questões em causa”, lembrando que “os jornais locais, ou mesmo de âmbito mais regional, chegam a muitas casas, a muitos municípios”. O autarca maçaense conclui: “creio que o papel da imprensa local e regional é importantíssimo, como foi neste caso”.

A IMPORTÂNCIA DA IMPRENSA LOCAL PARA OS LEITORES DE JORNAIS

Depois de se analisar o conteúdo dos jornais, entendeu-se inquirir uma amostra constituída de forma voluntária entre os leitores de jornais em espaço público com o objetivo de determinar até que ponto a informação impressa nos jornais locais e regionais é determinante no que diz respeito a alterações nos serviços públicos em análise.

Com a autorização dos respetivos responsáveis, durante cerca de duas semanas, foram disponibilizados questionários nas salas de leituras de jornais de duas bibliotecas municipais de duas cidades abrangidas por este estudo: a Biblioteca Municipal António Botto, de Abrantes, e a Biblioteca Municipal António Cartaxo da Fonseca, de Tomar. No final deste período foram recolhidos 33 questionários preenchidos (25 em Abrantes e oito em Tomar), tendo sido todos validados.

Apesar de terem sido questionados dados pessoais relativos ao género, à idade e às habilitações literárias, na análise dos resultados não foram identificadas tendências que justifiquem uma reflexão específica em relação a eventuais diferenças ou semelhanças. Por outro lado, a aplicação dos questionários teve como principal objetivo estabelecer uma ligação entre o tipo de jornais é habitualmente lido pelos inquiridos e o(s) meio(s) que consideram ter sido determinantes no processo de aquisição de informação sobre as alterações ao nível dos tribunais e dos hospitais.

Numa primeira fase da análise, excluíram-se os quatro leitores que apenas identificaram jornais nacionais quando se perguntava “que jornais lê habitualmente”. Assim, a amostra passou a ser de 29 leitores. Estes dividiram-se da seguinte forma: 17 leem jornais locais e o jornal regional; 10 leem jornais locais, o jornal regional e jornais nacionais; um lê o jornal regional e jornais nacionais; um lê o jornal regional.

No conjunto dos inquiridos, oito jornais locais foram referenciados 60 vezes, um jornal regional foi referenciado 12 vezes e quatro jornais nacionais foram referenciados 61 vezes. Proporcionalmente, verifica-se que os jornais nacionais são mais lidos do que os restantes.

	ABRANTES (21)	TOMAR (8)	TOTAL (29)
Correio da Manhã	15	5	20
Jornal de Abrantes	18	0	18
Diário de Notícias	13	4	17
Público	12	2	14
Nova Aliança	13	0	13
O Mirante	8	4	12
Jornal de Notícias	10	0	10
Abarca	7	0	7
Cidade de Tomar	0	7	7
Templário	0	7	7
Novo Almourol	6	0	6
Jornal de Alferrarede	6	0	6
O Torrejano	1	0	1

Tabela 3 - Jornais lidos habitualmente pelos leitores inquiridos

Numa leitura direta destes números, verifica-se a importância que os jornais nacionais têm nos hábitos de leitura dos inquiridos, com destaque para o *Correio da Manhã*, jornal líder de audiências, seguido do *Diário de Notícias*. No entanto, fazendo-se uma leitura por localidade, verifica-se a importância da imprensa local: dos 25 leitores de Abrantes 18 dizem que leem o Jornal de Abrantes e dos oito leitores de Tomar sete dizem que leem o Cidade de Tomar e sete dizem que leem o Templário (também de Tomar).

Perante estes dados relativos às preferências quanto a publicações, importava aferir, para relacionar, como é que os inquiridos se informaram sobre as alterações em cada um dos serviços públicos em análise. De forma coerente, verifica-se que, em relação aos dois casos (tribunais e hospitais), a grande maioria dos inquiridos dizem ter sido informados através dos meios de comunicação nacionais (incluindo-se aqui as televisões, as rádios e os jornais). A Internet e os amigos e conhecidos são os meios mais referidos depois dos meios nacionais, ficando a imprensa local e regional numa posição inferior. As restantes opções que foram dadas como possibilidade de resposta são residuais.

Embora a amostra seja reduzida, os dados mostram claramente que, apesar de toda a lógica de proximidade da imprensa local e regional, foi nos meios de comunicação nacionais que os inquiridos mais se sentiram informados sobre as alterações introduzidas pelo poder central nos serviços locais e regionais de Justiça e Saúde.

REFLEXÕES FINAIS

A análise de um ano de edições do *Jornal de Abrantes* e do *Cidade de Tomar* mostra claramente a importância da Imprensa Regional, aferida pela quantidade de notícias e pelo acompanhamento constante das temáticas. Um leitor que tivesse tido contacto com as temáticas apenas através de cada um dos jornais ficaria com toda a informação necessária para as compreender, acrescentando-se ainda o facto de, tratando-se de jornalismo de proximidade, cada um dos jornais ter dado um efetivo enfoque das consequências que resultaram das reorganizações decididas na Assembleia da República para os concelhos que abrangem editorialmente.

Em ambos os jornais, as posições do poder central são frequentemente relatadas através do discurso dos protagonistas locais. O recurso à Agência Lusa (mais clara no caso do *Jornal de Abrantes*) é também feito com o objetivo do enquadramento do tema a nível nacional. Mesmo assim, o discurso dos dois jornais, em ambas as situações (Justiça e Saúde), apresenta uma perspetiva efetivamente local. Naturalmente que cada um dos jornais apresenta um discurso mais direcionado para a situação do respetivo concelho, até porque, quer no caso da Saúde quer no caso da Justiça, houve disputa direta (entre Abrantes e Tomar) de valências e de competências.

Para além concretizarem as mudanças propostas pelo Governo central, ambos os jornais analisados optaram por um estilo de produção de notícias que se baseou em posições que refletem as fortes críticas dos protagonistas locais. Ao fazerem-no assumiram a responsabilidade, mesmo que indiretamente, de informar os seus leitores para que, enquanto munícipes, pudessem assumir a defesa dos seus interesses quanto à ameaça (entretanto concretizada) de diminuição de serviços públicos no interior. Compreende-se, pois, que os autarcas entrevistados – principais protagonistas dos protestos – tenham valorizado o papel da Imprensa Regional, não só em geral, mas especificamente nos assuntos aqui em análise. Paradoxalmente, ou não, o inquérito aplicado a leitores habituais de jornais, revela que a principal fonte de informação sobre os assuntos em questão foram os órgãos de comunicação social nacionais, isto apesar de a grande maioria se considerar leitor habitual de jornais locais e regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- López García, X. & Maciá Mercadé, J. (2007). *Periodismo de proximidad*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de Proximidade*. Coimbra: Minerva.